

Fundo de
Investimento do
Fundo de Garantia
do Tempo de
Serviço - FI-FGTS

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	10
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	11
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

**Cotista e à Administradora do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia
do Tempo de Serviço - FI-FGTS**

Brasília - DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS ("Fundo"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto 1 e pelos possíveis efeitos dos assuntos 2 e 3 descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da Comissão de Valores Mobiliários.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme nota explicativa nº 6, o Fundo possui em 31 de dezembro de 2017 aplicações financeiras em cotas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Amazônia Energia ("Fundo investido") no montante de R\$ 671.781 mil, que não foi mensurado a valor de mercado, conforme requerido pelo regulamento do Fundo. Caso a Administração tivesse avaliado a valor de mercado da cota do Fundo investido, certos elementos do Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira e da Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 teriam sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.
2. Conforme notas explicativas nº 7.2.e, 7.2.i, 7.2.j, 7.3 e 9.b, o Fundo possui em 31 de dezembro de 2017, investimentos em ações ordinárias das empresas Cone S.A., Hidrotérmica S.A. e Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A., e investimentos em ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. ("Companhias Investidas"), que estão registrados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira pelo montante de R\$ 962.752 mil, para os quais foram reconhecidos durante o exercício findo nesta data, resultado de equivalência patrimonial negativa no montante de R\$ 99.213 mil e atualização monetária de R\$ 7.965 mil. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não obtivemos acesso às informações contábeis ou documentos dessas Companhias Investidas que nos permitissem obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre os saldos contabilizados. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes em relação às rubricas desses investimentos em 31 de dezembro de 2017, assim como no resultado de equivalência patrimonial e demais elementos das demonstrações financeiras do exercício findo nessa data.
3. Conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação da carteira, o Fundo possui em 31 de dezembro de 2017 investimentos em ações, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de investimentos ("ativos investidos") no montante de R\$ 24.422.300 mil, dos quais, R\$ 3.705.888 mil referem-se a empresas e/ou grupos econômicos que estão em processo de investigação e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e Ministério Público Federal, relacionadas a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.c. No estágio atual das investigações, não é possível determinar os efeitos dos desdobramentos destas investigações sobre as demonstrações financeiras do Fundo, bem como se há necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações relacionadas a esses investimentos em 31 de dezembro de 2017, assim como aos elementos do demonstrativo da composição e diversificação da carteira e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase - incerteza relevante quanto a capacidade operacional das companhias investidas

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 5.e, 5.k, 5.p, 7.2.b e 7.2.f, que descrevem que os relatórios de auditoria relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dos investimentos em ações e dos emissores de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 2.434.755 mil, contiveram seção de incerteza relevante sobre a continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - investigações em andamento em companhias investidas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2.n, que descreve que o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, relativo ao investimento em ações da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK") no montante de R\$ 1.157.631 mil, conteve ênfase relacionada a investigação e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas dentro da chamada operação Lava Jato do ex-acionista controlador Odebrecht S.A., desde 2014. A Administração da BRK entende que após a aquisição pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P.) em 25 de abril de 2017 a BRK não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valorização e perda por redução ao valor recuperável dos investimentos em ações de companhias sem cotação em bolsa registrados pelo método da equivalência patrimonial

Veja a nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a nossa auditoria conduziu esses assuntos
<p>Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo detém participações societárias em ações sem cotação em bolsa das companhias OAS Óleo & Gás S.A., Brado Logística e Participações S.A., Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., BRK Ambiental Participações S.A., MDCPAR S.A. e VLI S.A. ("Companhias investidas"), no montante de R\$ 3.277.063 mil, registradas pelo método de equivalência patrimonial, sendo que:</p> <p>1) Os investimentos estão sujeitos a avaliação sobre a existência de indicadores de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>), conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. A determinação do valor recuperável envolve uso de premissas significativas e projeções de resultados futuros, entre outros julgamentos relevantes, com base em laudos de avaliação elaborados por empresa especializada.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Teste de existência por meio de conciliação das posições mantidas pelo Fundo com as respostas recebidas de circularização e também com o Livro de Registro de Ações;- Obtivemos as demonstrações financeiras auditadas das companhias investidas e avaliamos a existência de algum assunto significativo e possíveis impactos nas demonstrações financeiras do Fundo;- Analisamos as informações das companhias investidas, incluindo a validação do percentual de participação do Fundo com base nas movimentações ocorridas no exercício, e recalculamos o resultado da equivalência patrimonial;- Com o suporte técnico dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na

<p>2) As Companhias investidas possuem assuntos significativos que podem afetar as suas demonstrações financeiras e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras do Fundo, pela atualização desses investimentos com base no método da equivalência patrimonial.</p> <p>Devido à relevância do investimento, ao elevado grau de incerteza envolvido na determinação do valor recuperável, ao impacto que eventuais alterações no resultado das companhias investidas poderia ter nas demonstrações financeiras do Fundo, consideramos esse um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>preparação dos laudos de avaliação do valor recuperável dos investimentos e comparamos com o valor contábil; e</p> <ul style="list-style-type: none"> – Analisamos a adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais estudos e avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos dos investimentos em ações sem cotação em bolsa, indicados acima, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>
--	---

Relevância dos saldos de aplicações financeiras em debêntures não conversíveis em ações

Veja a nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2017 o Fundo possuía aplicações financeiras em debêntures não conversíveis em ações emitidas pelas empresas Alupar Investimentos S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A., Santo Antônio Energia S.A., Porto do Açú Operações S.A., Brasil Term Participações S.A., Ligth Energia S.A., Viarondon Concessionária de Rodovias S.A., TESC - Terminal Santa Catarina S.A., Nova Dutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA, Iracema Transmissora de Energia S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A., Teles Pires Participações S.A. e Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo Malha Sul S.A., que totalizam o montante de R\$ 10.977.324 mil que, de acordo com o seu regulamento são avaliadas pelo seu valor principal acrescido da remuneração decorrida <i>pro rata temporis</i>.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o Patrimônio Líquido e o reconhecimento de resultado do Fundo, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Teste de existência por meio do recebimento de confirmações externas, diretamente das companhias emissoras, das posições mantidas pelo Fundo; – Com o suporte técnico dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, recalculamos o valor das operações, bem como avaliamos os critérios e políticas referentes à identificação de indicativos de perda por redução ao valor recuperável das debêntures; e – Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos das aplicações financeiras em debêntures, indicadas acima, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Valorização de cotas de fundos investidos

Veja a nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo mantém investimentos em (i) cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDCs") no montante de R\$ 1.448.761 mil, mensurados pelo valor de mercado, que investem em ativos que não são frequentemente negociados, para os quais os preços ou indexadores/parâmetros não são observáveis no mercado; e (ii) cotas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Saneamento ("FIP Saneamento"), no montante de R\$ 951.551 mil, mensurados pelo valor de mercado, que investe em ações de companhias de capital fechado, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, contabilizadas método de equivalência patrimonial e em aplicações interfinanceiras de liquidez.</p> <p>Devido ao fato da determinação do valor de mercado desses ativos financeiros estar sujeita a um maior nível de incerteza, por envolver premissas e julgamentos relevantes e do impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Recalculamos a valorização dos investimentos em cotas de fundos de investimento, com base na cota divulgada pelos seus respectivos administradores;– Avaliamos a classificação de <i>rating</i> mais recente dos FIDCs divulgado por agências classificadoras de risco;– Avaliação dos critérios de classificação das carteiras de direitos creditórios dos FIDCs;– Analisamos a ocorrências informadas nos últimos relatórios trimestrais dos FIDCs emitidos e encaminhados à Comissão de Valores Mobiliários;– Obtivemos as demonstrações financeiras auditadas mais recentes dos FIDCs e do FIP Saneamento, bem como da companhia investida do FIP Saneamento, e avaliamos a existência de algum assunto significativo e possíveis impactos nas demonstrações financeiras do Fundo; e– Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos dos investimentos em cotas de fundos investidos, indicados acima, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da Comissão de Valores Mobiliários e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

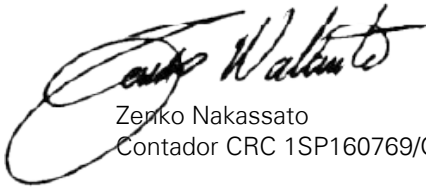
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração do Fundo, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2017

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações		Especie/ Tipo	Quantidade	Mercado/ realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido	
Disponibilidades				1	-	
Banco conta movimento				1	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez				9.054.068	27,06	
Letras do Tesouro Nacional			10.055.043	8.634.368	25,81	
Notas do Tesouro Nacional - Série B			132.630	419.700	1,25	
Debêntures não conversíveis em ações				12.299.987	36,77	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social			700.000	3.134.214	9,37	
Santo Antônio Energia S.A.			1.520.120	2.898.094	8,66	
Porto do Açú Operações S.A.			750.000	1.477.834	4,42	
Eldorado Brasil Celulose S.A.			940.000	1.231.151	3,68	
Teles Pires Participações S.A.			65.000	746.020	2,23	
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.			10	480.101	1,44	
Brasil Term Participações S.A.			1	695.078	2,08	
Alupar Investimentos S.A.			300	383.167	1,15	
Ligth Energia S.A.			30	22.628	0,07	
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.			470	354.498	1,06	
Viaron don Concessionária de Rodovias S.A.			300	441.290	1,32	
Rumo Malha Sul S.A.			1	57.500	0,17	
Rumo Malha Paulista S.A.			1	57.500	0,17	
Rumo Malha Norte S.A.			1	57.500	0,17	
Iracema Transmissora de Energia S.A.			109	115.336	0,34	
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA			171.000	83.877	0,25	
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.			88	122.609	0,37	
Odebrecht TransPort S.A.			7.950	91.512	0,27	
Provisão para redução ao valor recuperável - Brasil Term Participações S.A.				(127.433)	(0,38)	
Provisão para redução ao valor recuperável - TESC - Terminal Santa Catarina S.A.				(22.489)	(0,07)	
Cotas de fundos				3.072.014	9,18	
Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento			500.000.000,0000000	951.551	2,84	
Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia			1.161.110.264,8368700	671.781	2,01	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste			1.341,1677010	1.348.195	4,03	
Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia			634.146.341,0000000	(79)	0,00	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008			100,0000000	100.566	0,30	
Ações sem cotação em bolsa				4.761.821	14,22	
VLI S.A.			ON	1.413.854.823	1.351.908	4,04
Odebrecht Transport S.A.			ON	64.400.045	945.644	2,83
Odebrecht Ambiental Participações S.A.			ON	510.551.593	17.465	0,05
Energimp S.A.			ON	460.437.026	-	-
Cone S.A.			ON	35.099.302	428.389	1,28
MDCPar S.A.			ON	3.842.337	210.289	0,63
J. Malucelli Energia S.A.			ON	179.681	255.357	0,76
Brado Logística e Participações S.A.			ON	2.857.143	208.976	0,62
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.			ON	90.000.000	41.385	0,12
Hidrotérmica S.A.			ON	55.667.283	24.334	0,07
Ijuí Energia S.A.			PN	42.041.590	40.849	0,12
Foz do Rio Claro Energia S.A.			PN	32.793.440	58.528	0,17
OAS Oleo e Gás S.A.			PNB	2.063.983	8.426	0,03
OAS Oleo e Gás S.A.			PNA	1.786.061	7.292	0,02
OAS Oleo e Gás S.A.			ON	1.309.916	5.348	0,02
BRK Ambiental Participações S.A.			ON	415.699.980	1.157.631	3,46
Ações com cotação em bolsa				2.828.637	8,46	
Alupar Investimentos S.A.			UNIT	35.162.754	648.753	1,94
Banco do Brasil S.A.			ON	68.506.737	2.179.884	6,52
Ações preferenciais resgatáveis				298.370	0,89	
Hidrotérmica S.A.			PN	67.796.610	298.370	0,89
Valores a receber				1.161.471	3,48	
Valores a receber Energisa S.A. (nota explicativa nº 9 a)				763.381	2,28	
Dividendos e bonificações a receber				170.274	0,51	
Outros valores a receber OAS S.A. (nota explicativa nº 9 c)				227.816	0,69	
Total do ativo				<u>33.476.369</u>	<u>100,00</u>	
Valores a pagar				<u>20.337</u>	<u>0,06</u>	
Taxa de administração				19.824	0,06	
Auditoria e custódia				513	-	
Patrimônio líquido				<u>33.456.032</u>	<u>100,00</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido				<u>33.476.369</u>	<u>100,00</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS **CNPJ: 09.234.078/0001-45**

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	2017	2016
Patrimônio líquido no início do exercício:		
Representado por 19.142.078.689,338 cotas a R\$ 1,659235 cada	31.761.225	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,532010 cada		30.904.697
Cotas resgatadas no exercício		
-	-	
1.030.570.540,118 cotas		(1.057.998)
Variação no resgate de cotas no exercício	-	(712.760)
Patrimônio líquido antes do resultado	31.761.225	29.133.939
Resultado do exercício		
Receitas/Despesas Ativos Financeiros	1.906.283	2.647.057
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	732.335	955.483
Rendas de Ativos Financeiros	1.245.332	1.481.616
Valorização/desvalorização de ativos financeiros	13.486	-
Provisão para redução ao valor recuperável - Debêntures	(84.870)	(65.052)
Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento	-	275.010
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	28.275	229.751
Dividendos	150.870	120.849
Resultado nas negociações	2.475	(7.485)
Ajustes de Provisão para redução ao valor recuperável	(28.720)	(210.403)
Valorização/desvalorização a preço de mercado	310.963	1.254.374
Equivalência patrimonial	(407.313)	(927.584)
Outras receitas/despesas operacionais	11.363	7.739
Rendas de valores a receber	11.363	7.742
Outras despesas operacionais	-	(3)
Despesas	(251.114)	(257.261)
Taxa de administração	(249.900)	(255.748)
serviços contratados pelo fundo	-	(2)
Despesas diversas	-	(30)
Auditoria e custódia	(740)	(703)
Taxa de fiscalização CVM	(65)	(78)
Serviços técnicos especializados	(365)	(696)
Outras despesas administrativas	(44)	(4)
Total do resultado do exercício:	1.694.807	2.627.286
Patrimônio líquido no final do exercício:		
Representado por 19.142.078.689,338 cotas a R\$ 1,747774 cada	33.456.032	
Representado por 19.142.078.689,338 cotas a R\$ 1,659235 cada		31.761.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS (“FI-FGTS” / “Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, quando autorizado pelo CCFGTS, e do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036, de 1990, será garantida, pela Caixa Econômica Federal, aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do art. 13º da Lei nº 8.036, de 1990, que será apurada no momento de resgate total de cotas ou na liquidação do Fundo, de que tratam os Capítulos IV e XI do regulamento.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Administradora”).

Em razão das notícias divulgadas na imprensa relativas às investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal envolvendo alguns ativos do portfólio do FI-FGTS, a administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao

tema por parte de seus empregados e administradores, não tendo localizado, até o momento, nenhum indício que possa afetar a liquidez do Fundo ou as próprias demonstrações financeiras.

2 Contexto macroeconômico

Destaca-se que o FI-FGTS, enquanto Fundo de natureza privada atuando como agente investidor está exposto, de forma não taxativa, a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros, conforme apresentado em seu Regulamento.

Deve-se observar que tais riscos se materializam tanto por efeito direto ao Fundo, quanto pelo efeito indireto, quando estes se materializam nos ativos investidos de seu portfólio.

Merece especial atenção, no exercício social a que estas demonstrações financeiras se referem, considerações a respeito das condições econômicas e políticas que permanecem impactando o setor de infraestrutura e de concessões, setores de alocação de recursos do Fundo, conforme definido nos termos da legislação.

O cenário econômico do exercício, apesar dos primeiros sinais de recuperação, manteve-se adverso, sendo caracterizado por fatores relevantes como:

- (a) Crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”) de 1% em 2017, revertendo a retração econômica após dois exercícios em queda;
- (b) Redução do déficit primário de R\$ 161 bilhões, valor corrigido pela inflação, em 2016, para R\$ 124,4 bilhões, em 2017, volume ainda elevado e que demonstra uma persistência da situação fiscal desfavorável;
- (c) Cumprimento da Emenda Constitucional do teto dos gastos em 2017, quando foi consumido 96,21% do Teto estabelecido para o ano;
- (d) Nova queda na taxa de investimento no exercício, que fechou em 15,6% do PIB, abaixo do observado no ano anterior;
- (e) Continuidade das restrições de crédito no sistema financeiro nacional, verificando-se nova contração do saldo das operações de crédito do sistema financeiro em decorrência, principalmente, da queda nas concessões de crédito para Pessoas Jurídicas, conforme Nota econômico-financeira à imprensa publicada pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2018.
- (f) Continuidade da queda, no exercício de 2017, nas aprovações e desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), importante financiador do setor de infraestrutura;
- (g) Novas revisões de perspectiva do *rating* soberano brasileiro no exercício, que passou para negativa em duas das três maiores agências de classificação internacionais (Moody’s e S&P);
- (h) Fechamento do IPCA em 2,95%, abaixo do piso da meta, o menor índice desde 1998;
- (i) Redução da meta SELIC de 13,75% a.a. para 7% a.a. ao longo do exercício, considerando o cenário benigno para a inflação;

- (j) Aprovação da Reforma Trabalhista, uma das reformas estruturais propostas pelo governo federal; e
- (k) Adiamento da apreciação do projeto de Reforma da Previdência pelo Congresso para 2018, sendo que a existência de uma série de fatores limitantes, como o processo eleitoral, reduz as perspectivas de aprovação, e, portanto, de ajuste fiscal para os próximos exercícios.

Desta forma, o exercício de 2017 foi marcado pelo indicativo de retomada da atividade econômica, e por fatores como redução da inflação e dos juros. No entanto, observa-se a manutenção de uma série de fatores responsáveis por adversidades econômicas. Tal conjuntura permanece impactando o setor de infraestrutura e impondo uma série de adversidades à gestão das companhias, que ainda enfrentam dificuldades decorrentes da situação dos grupos que atuam ou atuavam no setor no período, impactados pela deterioração de sua situação financeira e pelo suposto envolvimento em práticas de corrupção, o que mantém uma percepção de risco em relação ao setor e aos investimentos de longo prazo.

Estes eventos, combinados, além de fatores de risco específicos a cada ativo, afetam as condições econômico-financeiras e os resultados das companhias do setor de infraestrutura investidas pelo Fundo, o que se reflete nas demonstrações financeiras das companhias investidas para o exercício de 2017, nas demonstrações financeiras do Fundo e em sua própria rentabilidade.

3 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, e pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

4 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e, quando aplicável, ajustados para redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- **Títulos para negociação:** incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ou aqueles ativos financeiros que não atendam aos requerimentos para classificação na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:
 - que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;
 - que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do fundo; e
 - que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor de mercado representado pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora dos respectivos fundos

c.2 Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas às necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa

particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, faz com que as debêntures não conversíveis em ações sejam classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente, ao valor contábil.

c.3 Ações com cotação em Bolsa de Valores

As ações de Companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores.

c.4 Ações sem cotação em Bolsa de Valores

As ações sem cotação em Bolsa de Valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras das respectivas Companhias investidas, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento e ajustado, caso aplicável, por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 4.c.6).

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos, e ajustados, caso aplicável, por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 4.c.6). As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.6 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma provisão para redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa reversão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício. Para a análise do valor recuperável dos ativos são considerados pela Administradora, entre outras informações, os laudos de avaliação elaborados de acordo com os requerimentos do CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos, quando pertinente, a estrutura de garantias de cada operação, bem como as informações financeiras de cada ativo, incluindo as opiniões emitidas pelos auditores independentes das Companhias investidas.

d. Valores a receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

5 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2017 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2017	Valor em 31/12/2016	Valor da integralização	Data da integralização	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - ("BNDES")	(a)	3.134.214	3.665.065	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.479.279	1.352.204	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.418.815	1.296.934	809.346	28/06/2013	01/08/2037
Porto do Açu Operações S.A.	(c)	1.477.834	1.346.840	750.000	15/09/2012	15/08/2033
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	1.231.151	1.208.769	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Teles Pires Participações S.A.	(e)	746.020	802.116	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(f)	480.101	622.466	610.000	10/04/2015	15/08/2020
Brasilterm Participações S.A.	(g)	567.645	583.675	400.312	07/04/2014	07/12/2024
Alupar Investimentos S.A.	(h)	383.167	393.689	300.000	30/05/2012	30/05/2027
Light Energia S.A.	(i)	22.628	25.266	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(j)	354.498	395.840	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.	(k)	441.290	419.738	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Rumo Malha Sul S.A.	(l)	57.500	117.842	166.667	08/09/2008	31/07/2018
Rumo Malha Paulista S.A.	(l)	57.500	117.842	166.667	10/09/2008	31/07/2018
Rumo Malha Norte S.A.	(l)	57.500	117.842	166.667	08/09/2008	31/07/2018
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(m)	115.336	117.690	109.000	10/12/2010	10/12/2035
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(n)	83.877	97.309	171.000	03/04/2009	03/04/2024
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(o)	100.120	104.049	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht TransPort Participações S.A.	(p)	91.512	85.922	75.702	14/11/2013	15/10/2025
TOTAL		<u>12.299.987</u>	<u>12.871.098</u>	<u>13.973.809</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias, penhor de direitos e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - ("BNDES")

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União Federal e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Devido ao seu *status* de empresa pública federal, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovía, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

c. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

A partir de 14 de outubro de 2013, o Grupo EIG assumiu o controle da Prumo Logística S/A, de maneira que em dezembro de 2017 o Grupo EIG detinha ações representativas de 76,73% do capital social da Prumo Logística S/A.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário denominado “T-2”, bem como sua retro área, localizado no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

d. Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão foram destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas - MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

As demonstrações financeiras da Eldorado Brasil Celulose S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por auditores independentes, datado de 28 de março de 2018 em que emitiram relatório contendo ressalva, pelos motivos apresentados: em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F) celebraram Acordos de Colaboração Premiada (Colaboração) com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os acordos preveem além de outros temas a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade. Ainda, em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência (Acordo) com o MPF e no dia 24 de agosto de 2017 a 5ª Câmara do MPF homologou o Acordo firmado, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o Acordo celebrado. Esse Acordo diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield. Em 21 de setembro de 2017 a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo, resguardando os impactos financeiros integralmente assumidos pela J&F.

e. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

As demonstrações financeiras da Teles Pires referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional relativo aos prejuízos acumulados e a existência de capital circulante líquido negativo, mencionando que a sua continuidade operacional dependerá do sucesso de suas operações futuras, bem como de eventual suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações gerem tempestivamente recursos suficientes para o pagamento de suas obrigações.

f. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra - Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

g. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

A Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

Até a emissão destas demonstrações financeiras não havia sido concluída a emissão das demonstrações financeiras auditadas da Brasilterm Participações S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras da Brasilterm Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional mencionando que a Companhia incorreu em prejuízo no exercício de 2016 e que o passivo circulante excedeu o ativo circulante, bem como que a Companhia descumpriu determinadas cláusulas contratuais (covenants) de algumas debentures. Esses eventos ou condições, associados ao fato de a Companhia estar em processo de negociação do alongamento de suas dívidas vencidas e vincendas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Brasilterm.

Em 31 de dezembro de 2017 a operação encontra-se em atraso com alguns pagamentos de juros e amortização no montante total de R\$ 127.433 (R\$ 69.862 referentes a 2017 e R\$ 57.571 referentes a 2016), os quais foram integralmente provisionados por perdas para redução ao valor recuperável.

h. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros

serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar possui em sua estrutura societária 5 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.), Alupar Chile Inversiones SpA e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

i. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem como seu objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

j. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,6 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, do PROINFA e da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

k. Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital n° 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão foram utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos relativo ao Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, constituído pela Rodovia SP-300 e acessos, assim como aos demais projetos que sejam aprovados nos termos da escritura.

As demonstrações financeiras da Via Rondon referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional mencionando que a Companhia encontra-se com excesso de passivos circulantes em relação aos ativos circulantes decorrente de reclassificação de determinados passivos não circulantes para o passivo circulante ocasionado pela quebra de covenants de determinados contratos, sendo que esses eventos indicam uma incerteza relevante quanto a sua continuidade operacional.

l. Rumo Malha Norte S.A./Rumo Malha Paulista S.A./Rumo Malha Sul S.A.

A Rumo S.A. é a companhia resultante da fusão da Rumo Logística com a ALL - América Latina Logística S.A. A companhia atua como prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio das controladas Rumo Malha Paulista S.A., Rumo Malha Norte S.A. e Rumo Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessas Emissões foram destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações.

m. Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão foram destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará.

n. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão forma destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

o. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2017 encontrava-se em atraso o pagamento de juros e amortização totalizando R\$ 22.489 (R\$ 7.481 em 2016), os quais foram integralmente provisionados por perdas para redução ao valor recuperável.

p. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados exclusivamente para uso da Concessionária Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação, de maneira que o fluxo de pagamentos e as garantias da emissão são vinculados à referida concessionária.

Esta nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa n 7.2.b.

6 Fundos Investidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Fundo possui o montante de R\$ 3.072.014 (2016, R\$ 3.089.438) do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	R\$	
	2017	2016
Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento (i)	951.551	873.975
Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (ii)	671.781	759.692
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (iii)	1.348.195	1.354.578
Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (iv)	(79)	62
Provisão para redução ao valor recuperável - Fundo de Investimento em Participações Sondas	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (v)	100.566	101.131
Total:	3.072.014	3.089.438

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento (“Caixa FIP Saneamento”)

O Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados cuja totalidade das cotas são detidas pelo FI-FGTS.

O Caixa FIP Saneamento possui em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 90.600 mil, equivalente a 10,09% do seu patrimônio em ações da BRK - Centro Norte Participações S.A. (“Companhia Investida”), as quais estão registradas pelo custo de aquisição.

Em observação ao previsto na Instrução CVM 579, de 30 de agosto de 2016, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017, Capítulo II, Artigo 4º, o Caixa FIP Saneamento foi classificado como entidade de não investimento por não atender cumulativamente as características listadas nos itens: I, II, III e IV, inclusive o paragrafo único da Instrução CVM.

Até a emissão deste relatório o FIP Saneamento não havia concluído a auditoria de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2018. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de agosto de 2017, com ressalva em decorrência das demonstrações financeiras da Companhia Investida terem sido emitidas com (i) ressalva decorrente de não ter sido realizada a revisão dos papéis de trabalho das demonstrações financeiras da companhia investida do FIP e (ii) ênfase pelas investigações e outros procedimentos legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A. faz parte. Em 01 de dezembro de 2016, foi assinado Acordo de Leniência pela Odebrecht S.A. (“ODB”), controladora indireta da Companhia, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal em Curitiba, em 22 de maio de 2017.

(ii) Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (“FIP Amazônia”) iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2007 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do FIP Amazônia. O fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 92% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Até a emissão deste relatório o FIP Amazônia não havia concluído a auditoria de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2018. As demonstrações financeiras do FIP Amazônia relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de outubro de 2017 contendo (i) ressalva decorrente de, desde 2014 encontrar-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga

principalmente práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo empresas e executivos do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a MESA, investida do Fundo faz parte.

(iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (“FIDC NP IV Energisa”) foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina-se a investidores profissionais.

O FIDC NP IV Energisa investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(iv) Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia

O Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados. As operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos corresponderão ao período de investimento, e os 10 anos seguintes ao período de desinvestimento.

O FIP Sondas investia aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Companhia e/ou Sete Brasil”), que se encontra em processo de recuperação judicial. Em 31 de março de 2017, foi reconhecida provisão para perda da totalidade do investimento na Companhia.

Até a emissão deste relatório o FIP Sondas não concluiu a auditoria de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2018. As demonstrações financeiras do FIP Sondas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de agosto de 2017, com abstenção de opinião tendo em vista que o FIP Sondas possui investimento em ações sem cotação em bolsa de valores da companhia Sete Brasil Participações S.A., mensuradas a valor econômico, com base em laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por empresa independente tendo como data-base de avaliação 31 de janeiro de 2017, que se encontra integralmente provisionado, em decorrência, substancialmente, de não haver um plano de recuperação judicial devidamente aprovado pelos seus acionistas e credores até àquela data. Adicionalmente, a Companhia teve seus administradores envolvidos em investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, por meio da operação denominada “Lava Jato”, e também não teve suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, emitidas até a data de emissão daquele relatório, o que não permitiu que os auditores independentes avaliássem a capacidade de continuidade operacional nem a existência de possíveis litígios. Considerando os fatos e as referidas investigações, não foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes no saldo do investimento na Companhia, e quais seriam seus impactos sobre o patrimônio líquido do FIP Sondas em 31 de março de 2017.

- (v) **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (“FIDC Energisa)**
O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 19 de dezembro de 2008 e destina-se a investidores qualificados.

O FIDC Energisa investe aproximadamente 91% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

7 Investimento em ações sem cotação em bolsa de valores

O Fundo investe em ações de empresas que não são cotadas em bolsa de valores, nem suas debêntures negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o conseqüente efeito no valor da cota do Fundo. As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir.

7.1 Composição dos investimentos em quantidade de ações sem cotação em bolsa de valores

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2017			2016		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%	2.857.143	-	22,22%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	32.793.440	30,17%	-	36.892.620	33,94%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	13,34%	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	179.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%	90.000.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	3.842.337	-	47,01%	3.757.260	-	47,01%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%	1.309.916	3.850.044	39,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%	510.551.593	-	30,00%
BRK Ambiental Participações S.A.	415.699.980	-	30,00%	415.699.980	-	30,00%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%	64.400.045	-	30,00%
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%	1.413.854.823	-	15,90%

7.2 Movimentação financeira dos investimentos em ações sem cotação em bolsa de valores

Os investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados conforme quadros abaixo:

Empresas	Saldo Contábil em 31/12/2016	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2017
VLI S.A.	1.319.531	1.428.920	(77.012)	-	1.351.908
Odebrecht TransPort S.A.	1.121.831	308.983	1.279.480	(642.820)	945.644
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	21.482	10.255	7.210	-	17.465
Energimp S.A.	-	(151.274)	151.274	-	-
Cone S.A.	575.579	399.496	280.119	(251.226)	428.389
MDCPAR S.A.	226.464	41.669	168.620	-	210.289
J Malucelli Energia S.A.	243.750	76.718	178.639	-	255.357
Brado Logística e Participações S.A.	269.219	120.596	284.222	(195.842)	208.976
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	94.275	86.869	-	(45.484)	41.385
Hidrotérmica S.A.	76.720	(66.939)	91.274	-	24.334
Ijuí Energia S.A.	39.069	40.849	-	-	40.849
Foz do Rio Claro Energia S.A.	63.360	58.528	-	-	58.528
OAS Óleo e Gás S.A.	53.166	1.761	19.305	-	21.066
BRK Ambiental Participações S.A.	1.100.531	600.599	557.032	-	1.157.631
TOTAL 2017	5.204.977	2.957.031	2.940.163	(1.135.372)	4.761.821

a. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas por meio dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimento.

O resultado de equivalência patrimonial da VLI no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da VLI desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2018 contendo parágrafo de ênfase relativo à Resolução 4.131/2013 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29/2016 que definiu as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram

até a conclusão dos trabalhos de auditoria. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente.

b. *Odebrecht TransPort S.A.*

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 7 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A OTP é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Fundo recebeu da OTP, o total de R\$ 4.798, referente à multa, em razão do descumprimento do Acordo de Acionistas da Companhia.

O resultado de equivalência patrimonial da OTP no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da OTP desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 21 de março de 2018 contendo (i) parágrafo de ênfase decorrente de desde 2014 encontrar-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte, e (ii) destaque acerca de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional decorrente de prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa, sendo que em 31 de dezembro de 2017 havia excesso de passivos circulantes em relação aos ativos circulantes.

c. *Odebrecht Ambiental Participações S.A.*

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OAP”) foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A., na época acionista controladora da OAP, firmou um contrato para alienação da totalidade de suas ações, equivalente a 70% do capital social da Companhia para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Transação”).

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento e a troca do controle da Companhia ficaram sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do poder público e financiadores e a implementação de processo de reestruturação societária, a qual segregou em 29 de dezembro de 2016 ativos da OAP e suas subsidiárias na Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

A transação não contemplou alguns ativos do portfólio da OAP, motivo pelo qual foi realizada uma reorganização societária culminando na cisão da Companhia, sendo que os ativos não contemplados, que encontram-se em processo de encerramento permaneceram na OAP.

O resultado de equivalência patrimonial da OAP no fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da OAP desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 27 de abril de 2018, contendo ressalva decorrente do fato de, desde 2014, encontrar-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a OAP e suas controladas fazem parte, adicionalmente há ênfase relativa à inadimplência de uma subsidiária da OAP junto ao poder concedente no que tange a determinado contrato de concessão.

d. *Energimp S.A.*

A Energimp S.A. (“Energimp”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

Em dezembro de 2014, a Wind Power Energia S.A. (“WPE”), acionista controladora da Energimp e fornecedora de aerogeradores dos parques em operação comercial e dos em construção, entrou em processo de recuperação judicial, o que dificultou a capacidade de cumprimento da Energimp dos contratos de venda de energia que possui, comprometendo o seu fluxo de receitas esperado. Ainda não houve deliberação quanto ao plano de recuperação judicial da WPE pelos seus credores.

No segundo semestre de 2016 a Energimp pleiteou junto aos seus credores a concessão de uma *standstill* (parada) de juros e principal, de maneira a implementar as condições estabelecidas em seu plano de repactuação e reestruturação. Em janeiro de 2017 a Energimp obteve sucesso na obtenção do *standstill*, o qual esteve vigente até 31 de julho de 2017.

O resultado de equivalência patrimonial da Energimp no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da Energimp desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 29 de maio de 2018, contendo ressalva decorrente de (i) não confirmação dos valores a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2017 e das transações efetuadas com partes relacionadas, entre outros fatores que podem comprometer a continuidade operacional da Energimp.

e. Cone S.A.

A Cone S.A. (“Cone”) é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. A Cone tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone, através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O resultado de equivalência patrimonial da Cone no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da Cone desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 21 de maio de 2018, o qual conteve parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada a continuidade operacional.

f. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. (“MDCPAR”) foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Em 08 de dezembro de 2017 foram subscritas 85.077 novas ações da MDcPar no valor unário de R\$ 10.92 totalizando R\$ 929, as quais foram integralizadas em 2018, conforme nota explicativa 22.

O resultado de equivalência patrimonial da MDCPAR no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da MDCPAR desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 10 de abril de 2018, com destaque para as incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional decorrentes de a MDCPAR e suas controladas terem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentarem excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício. Adicionalmente, em 16 de março de 2018, foi deferido pedido de recuperação judicial das controladas ERB Energias Renováveis do Brasil S.A., ERB Alagoas S.A., ERB Aratinga S.A. e ERB SP Energias S.A.

g. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. ("JME") tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O resultado de equivalência patrimonial da JME no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da JME desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 6 de março de 2018.

Esta nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa nº 22c.

h. *Brado Logística e Participações S.A.*

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL - América Latina Logística S.A. ("ALL") criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. ("Brado") a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga reefer e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

O saldo de recebimento de dividendos acumulado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 40.

O resultado de equivalência patrimonial da Brado no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da Brado desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 2 de março de 2018.

i. *Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.*

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. ("Logbras") foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011. A Logbras tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Até a conclusão destas demonstrações financeiras do Fundo, o processo de auditoria das demonstrações financeiras da Logbras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não havia sido concluído e, portanto, o resultado de equivalência patrimonial da Logbras no Fundo foi calculado com base nas informações financeiras não auditadas da Logbras.

j. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. ("Hidrotérmica") é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A Hidrotérmica opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

Até a conclusão destas demonstrações financeiras do Fundo, o processo de auditoria das demonstrações financeiras da Hidrotérmica, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não havia sido concluído e, portanto, o resultado de equivalência patrimonial da Hidrotérmica no Fundo foi calculado com base nas informações financeiras não auditadas da Hidrotérmica.

Esta nota deve ser lida em conjunto com as Notas Explicativas nº 7.3, 9.b e 22.c.

k. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. ("IESA") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A usina hidrelétrica ("UHE") Ijuí possui 51 MW de potência instalada.

O resultado de equivalência patrimonial da IESA no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da IESA desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 26 de fevereiro de 2018.

l. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. ("UHE Foz do Rio Claro") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A UHE Foz do Rio Claro possui 68,4 MW de potência instalada e garantia física de 41 MW médios, com 2 unidades geradoras em operação.

Em 18 de setembro de 2017 o Fundo exerceu a opção de venda de 4.099.180 ações preferenciais da UHE Foz do Rio Claro de sua titularidade.

O resultado de equivalência patrimonial da UHE Foz do Rio Claro no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da UHE Foz do Rio Claro desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 26 de fevereiro de 2018.

m. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, Praia de Botafogo, nº 440, 17º andar, Sala 1.701. A Companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás e sua área de atuação compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), unidades de armazenamento, produção e/ou descarga (FPSOs - Floating Production Storage and Offloading), unidades de tratamento, flotéis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

O resultado de equivalência patrimonial da OAS O&G no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da OAS O&G desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de março de 2018, que contém ressalva com relação a não conclusão dos trabalhos de auditoria de algumas investidas da OAS O&G. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada (i) a capacidade de efetuar novos aportes pela acionista controladora, haja vista aquele acionista estar em processo de recuperação judicial, que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da OAS O&G e (ii) relativa a venda de ações de determinadas controladas.

n. BRK Ambiental Participações S.A.

A BRK Participações S.A. (“BRK”), anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., foi constituída em 29 de janeiro de 2016 tendo como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco nos segmentos abaixo através de suas controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto, recebidas em aumento de capital em decorrência de processo de reestruturação societária ocorrido em 29 de dezembro de 2016:

- (i) Água e Esgoto, através de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros; e
- (ii) (Operações Industriais via terceirização de Centrais de Utilidades (“Industrial”).

A BRK é empresa oriunda de cisão da Odebrecht Ambiental Participações S.A. cuja participação anteriormente detida pela Odebrecht S.A., equivalente a 70% do capital social da BRK, foi alienada para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O resultado de equivalência patrimonial da BRK no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi calculado com base nas demonstrações financeiras da BRK desse mesmo exercício, auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2018, que contém parágrafo de ênfase decorrente de desde 2014 encontrar-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo

Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, ex-acionista controlador da companhia. A administração da BRK entende que após a aquisição pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P.), finalizada em 25 de abril de 2017, a BRK não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. A BRK e controladas vêm adotando medidas para o aperfeiçoamento de seu programa de compliance visando não somente adotar as melhores práticas de mercado no que tange ao cumprimento das determinações legais, mas de forma a evitar, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade.

7.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado em 31 de dezembro de 2017 monta a R\$ 298.370 (R\$ 290.405 em 2016).

Esta nota deve ser lida em conjunto com as Notas Explicativas nº 7.2 j, 9.b e 22.c.

7.4 Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores

Equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram disponibilizadas entre os meses de fevereiro a junho de 2018. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2017 monta a R\$ 407.313 (em 2016 resultado negativo de R\$ 927.584), e está registrado na rubrica “Equivalência Patrimonial” na demonstração da evolução do patrimônio líquido.

Valor recuperável dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em avaliações econômicas financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes que consideram o percentual de participação detido pelo Fundo, com o objetivo de verificar a existência de indícios de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos, e caso identificados indícios, calcular o valor da provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 28.720 (em 2016 provisão de R\$ 210.403), sendo registrado contabilmente na rubrica de “Ajustes de provisão para redução no valor recuperável”.

Metodologia de avaliação

Os valores econômicos e em uso das companhias investidas, utilizados para analisar para fins de registro da provisão ao valor recuperável, foram baseados na participação detida pelas companhias investidas em cada um dos seus ativos, cuja análise foi realizada considerando como metodologia a Abordagem da Renda através do uso do Fluxo de Caixa Descontado. O valor econômico e o valor em uso de cada ativo foram estimados com base nos seus respectivos fluxos de caixa futuros. Dessa forma, a análise do valor econômico e do valor em uso foi baseada na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

O valor em uso conforme definido pelo CPC 01 “é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa”. Diferentemente do valor justo, que se baseia na perspectiva de participantes de mercado, o valor em uso é baseado nas perspectivas do atual dono do ativo. Adicionalmente, o valor em uso deve ser estimado para um ativo em sua condição atual, desta forma, foram considerados, para efeito de valor em uso, os projetos ou empresas que já possuem contratos assinados e, com os quais as companhias já estão comprometidas.

Para o cálculo da estimativa do valor das companhias em 31 de dezembro de 2017, foram considerados os principais procedimentos pelos especialistas:

Obtenção de dados históricos contábeis, operacionais e gerenciais dos Empreendimentos;

Análise do mercado em que os Empreendimentos estão inseridos;

Projeção dos demonstrativos financeiros dos Empreendimentos (demonstração de resultados e fluxos de caixas livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos) com base em informações disponibilizadas pela Administração e em análises de mercado;

Cálculo da taxa de desconto que reflita adequadamente os riscos inerentes ao setor, sendo esta utilizada para trazer os fluxos de caixa livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos a valor presente;

Estudo de Valor dos Empreendimentos através da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Este método é reconhecido como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto; e

Consolidação do valor dos Empreendimentos conforme participação de cada Holding e considerações dos ativos e passivos não operacionais dos Empreendimentos, das Holdings e Holdings intermediárias para obtenção do valor de 100% do capital da Empresa.

8 Investimento em ações com cotação em Bolsa de Valores

a. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) é uma sociedade por ações de capital aberto, diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda., com certificados de ações negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBOVESPA) sob código de negociação ALUP 11. Possui sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou

quotista, a geração, a transformação, o transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma, a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, a construção, a operação e a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, de subestações, de rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares, além da realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.), Alupar Chile Inversiones SpA e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Alupar no valor total de R\$ 2.981.996, está representado por 596.955.970 (554.233.455 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias e 282.155.299 (196.652.815 em 31 de dezembro de 2016) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	Total de ações	(%)
Guarupart	452.995.367	75,88%	5.471.128	458.466.495	52,15%
FI-FGTS	35.162.754	5,89%	70.325.508	105.488.262	12,00%
Outros	108.797.849	18,23%	206.358.663	315.156.512	35,85%
Total	596.955.970	100,00%	282.155.299	879.111.269	100,00%

O Fundo recebeu a título de distribuição de dividendos intermediários em 2017 o montante de R\$ 18.020 (montante de R\$ 24.564 em 2016), de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na Alupar.

Valor de mercado das ações - Composição das Units

Em 31 de dezembro de 2017 a participação do FI-FGTS na Alupar está representada por 35.162.754 units (35.162.754 em 2016), valorizadas no preço de mercado de R\$ 18,45 por ação, conforme cotação disponível na bolsa de valores (R\$ 17,10 em 2016), totalizando o montante de R\$ 648.753 (R\$ 601.283 em 2016).

b. Banco do Brasil S.A.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitada em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito das debêntures da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), no qual foi realizado o primeiro pagamento da garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

O Fundo recebeu em 2017, a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 64.805 (R\$ 61.593 em 2016), de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo no Banco do Brasil.

Valor de mercado das ações

Em 31 de dezembro de 2017 a participação do FI FGTS no Banco do Brasil está representada por 68.506.737 ações, valorizadas no preço de mercado de R\$ 31,82 por ação, conforme cotação disponível na bolsa de valores, totalizando o montante de R\$ 2.179.884.

9 Valores a receber

a. Energisa S.A.

A Energisa S.A. ("Energisa"), por ora chamada de Investidor no Plano de Recuperação Judicial, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo ("Grupo Econômico"). A Energisa também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela ANEEL.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da Empresa de Energia Eletrica Vale do Paranapanema S/A ("EEVP"), pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573, apurando um resultado positivo no exercício de R\$ 445.176, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, em 2017 o Fundo recebeu o montante de R\$ 29.316, referente ao pagamento de juros previstos na operação.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado do crédito é de R\$ 763.381 (em 2016 - R\$ 758.714).

b. Hidrotérmica S.A.

O saldo de dividendos mínimos acumulados em 31 de dezembro de 2017 monta a R\$ 170.314 (R\$ 136.268 em 2016).

A Hidrotérmica não apurou lucro nos exercícios de 2017 e 2016, e, portanto não houve distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato não havendo dividendos para serem distribuídos pela Hidrotérmica, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra os acionistas originais da Hidrotérmica.

Esta nota deve ser lida em conjunto com as Notas Explicativas nº 7.2.j, 7.3 e 22.c.

c. OAS S.A.

A OAS S.A. (“OAS”), e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo à Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

A emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Ante ao exposto o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social da OAS.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente às ações da INVEPAR que garantem a operação do FI-FGTS, equivalente à 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor contabilizado que o Fundo tem a receber da OAS S.A., é de R\$ 227.816 (em 2016 R\$ 227.816)

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

d. Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Sete Brasil e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré- Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da Sete Brasil é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Sete Brasil está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitado em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito, no qual foi realizado o primeiro pagamento de garantia

concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil, cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças, ocorrendo a baixa do valor provisionado no total de R\$ 1.870.901.

O quinto Termo de Prorrogação prevê a obrigatoriedade do pagamento do saldo residual, o qual o Fundo de Garantia da Construção Naval reconheceu e declarou. Encontra-se registrada uma provisão por redução ao valor recuperável correspondente à 100% do valor residual, conforme apresentado no quadro abaixo.

Movimentação da provisão por redução de valor residual

	2017	2016
Valor a receber execução Garantia	575.308	566.804
Provisão por redução	<u>(575.308)</u>	<u>(566.804)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

10 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, conforme definido no artigo 25 de seu Regulamento, sendo:

- 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo,

7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Os investimentos que compõe a carteira do Fundo percorrem todas as instâncias de caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação, até a deliberação final do Comitê de Investimentos.

11 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- O valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- O restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 62.047.576, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotista do FGTS, totalizando R\$ 64.047.576.

As integralizações e resgate de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas/ resgatada	Montante Integralizado/ resgatado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,392	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,382	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,487	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,993	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-

Demais aportes em 2014	790.675.995,492	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Resgate em 2016	<u>(1.030.570.540,115)</u>	<u>(1.770.758)</u>
Total aportado/resgatado até 31/12/2017	<u>19.142.078.689,338</u>	<u>21.113.033</u>

12 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Conseqüentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

c. Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2017, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 24.422.300, dos quais, R\$ 3.705.888 são provenientes de Companhias que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal e/ou pelo Ministério Público Federal.

Tais situações incluem investimentos em: a. Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), Odebrecht Ambiental Participações S.A., Hidrotérmica S.A. e J.Malucelli Energia S.A. nos montantes de R\$ 945.644, R\$ 17.465, R\$ 322.704 e R\$ 255.357, respectivamente; b. Debêntures da OTP e Eldorado nos montantes de R\$ 91.512 e R\$ 1.231.151, respectivamente; c. Cotas de fundo de investimento em participações: FIP Amazônia no montante de R\$ 671.781; e d. Dividendos da Hidrotérmica S.A. no montante de R\$ 170.274. Os relatórios de auditoria que acompanharam as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 das companhias investidas OTP, Odebrecht Ambiental Participações S.A., Eldorado e FIP Amazônia contiveram ressalva ou parágrafo de ênfase devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações conduzidas pelo

Ministério Público Federal. Sobre o suposto envolvimento nos processos de investigação das companhias investidas J. Malucelli Energia S.A. e Hidrotérmica S.A., vide nota explicativa nº 22.c.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (i.e.. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle Geral da União “MTFCGU”).

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

13 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi R\$ 249.900 (em 2016 - R\$ 255.748).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de *performance*.

14 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitadas ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 32.994.261 (R\$ 32.810.395 em 2016) são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
31 de dezembro de 2017	249.900	0,76	849	-
31 de dezembro de 2016	255.748	0,78	1.515	-

15 Custódia

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em Bolsa de Valores estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e

Derivativos. As ações com cotação em Bolsa de Valores estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

16 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

17 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

O Fundo gerou um resultado positivo de R\$ 1.694.807 (R\$ 2.627.286 em 2016).

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram os seguintes:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
31 de dezembro de 2016	1,659235	8,30
31 de dezembro de 2017	1,747774	5,34

18 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

19 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

20 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, somente contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21 Partes relacionadas

As informações apresentadas na nota explicativa 11 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$ 19.824 (2016 - R\$ 22.921) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$ 249.900 (2016 - R\$ 255.748).

22 Eventos subsequentes

- a.** Em 26 de março de 2018 o FI-FGTS integralizou às 85.077 ações da MDCT S.A. subscritas em 08 de dezembro de 2017, no montante total de R\$ 929.
- b.** Em 02 de maio de 2018 ocorreu o resgate antecipado facultativo da totalidade das debentures de emissão da Rumo Malha Sul S.A. e da Rumo Malha Paulista S.A no valor de R\$ 55.555 cada.
- c.** Em 2018 foi noticiado pela imprensa que as companhias investidas J. Malucelli Energia S.A. e Hidrotérmica S.A. supostamente fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas e/ou executivos que se encontram em processo de investigação pela polícia federal e/ou pelo Ministério Público Federal, e portanto, no estágio atual, o Fundo não pôde determinar os possíveis efeitos dos desdobramentos dessas investigações.
- d.** O FIP Saneamento encontra-se em processo de encerramento, de maneira que em 25 de maio de 2018 ocorreu a transferência das ações da BRK Centro Norte Participações S.A., até então investida do FIP, para o FI-FGTS.

* * *

Flavio Eduardo Arakaki
Vice Presidente Interino

Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR